



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 25 de abril de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO

Países desenvolvidos terão anos sem brilho, com crescimento fraco 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Contra crise, países buscam troca de informações 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Philips sai de cena 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Indústria vai reduzir investimento este ano 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Reforma tributária volta à pauta de políticos e empresários 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

REGIÃO NOROESTE

ZPE deverá ser o principal argumento para o aumento de número de vereadores 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Países desenvolvidos terão anos sem brilho, com crescimento fraco		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ENTREVISTA CARMEN REINHART

ECONOMISTA QUE ESTUDOU CRISES APONTA QUE ENTRADA DE CAPITAL EXTERNO PODE SER PERIGOSA A EMERGENTES

ÁLVARO FAGUNDES

DE NOVA YORK

A crise global como vimos em 2008 e 2009 chegou ao fim, mas a "sombra" dela ainda vai permanecer por muitos anos.

Uma das consequências é que os países ricos, como os Estados Unidos, deverão ter anos sem brilho, com baixo crescimento.

Essa é a opinião de Carmen Reinhart, uma das mais **importantes** economistas americanas e autora, ao lado de Kenneth Rogoff, do elogiado livro "Oito Séculos de Delírios Financeiros", em que analisam diversas crises ao longo do tempo.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Folha - Nos últimos meses, os **mercados**, especialmente nos EUA, têm se comportado como se a crise tivesse chegado ao fim. A crise acabou?

Carmen Reinhart - O drama que vimos no fim de 2008 e no início de 2009 chegou ao fim. Não se vê algo algo daquela dimensão muito frequentemente.

Mas uma solução duradoura ainda não foi atingida. As economias avançadas -a maioria das europeias, os EUA e o Japão- têm dívidas pesando sobre suas cabeças.

Você veio do Brasil, sabe que o grande drama da crise da dívida na América Latina foi quando o sistema começou a implodir no início dos anos 1980, mas levou um bom tempo até que fosse resolvido.

Os **mercados** sobem e descem. Para falar a verdade, os **mercados** começaram a contar com o ovo

antes de a galinha pô-lo, antecipando uma recuperação mais forte do que o que ocorreu realmente.

Os **mercados** desenvolvidos vão enfrentar o mesmo problema que os latino-americanos nos anos 1980?

Eles não vão, eles estão. Em 2006, dava para imaginar uma conversa envolvendo a reestruturação da dívida de países europeus?

É preciso colocar as coisas sob perspectiva. Não acredito que as condições serão as mesmas, porque os emergentes perderam o acesso aos **mercados** internacionais de capital de uma maneira que os países desenvolvidos não perderam.

Não tenho dúvida de que, se a Grécia e a Irlanda não tivessem a União Europeia por trás, nós teríamos "default" (calote), reestruturação.

Se nós olharmos quem está comprando os títulos da dívida deles, é o BCE (Banco Central Europeu), e não investidores privados.

Então, quando você me pergunta se a crise já acabou, eu acho que a sombra que ela projetou é grande e que nós ainda não a superamos.

Então, a sra. não vê o desemprego nos Estados Unidos recuando nos próximos dez anos para o nível do fim de 2007, próximo a 5%?

Acho que vai demorar um tempo até voltarmos a 5%. A minha expectativa é de que o desemprego nos EUA permaneça teimosamente alto, acima de 8%.

Para começar, os preços do setor imobiliário estão muito longe da recuperação e o setor de construção é um que exige muita mão de obra.

Eu acho que os EUA e a maioria dos países avançados terão anos sem brilho, com crescimento abaixo da média.

As dívidas das famílias americanas estão perto do seu nível recorde e as empresas financeiras estão altamente endividadas.

Nos EUA, o único setor que está relativamente enxuto é o de empresas não-financeiras, mas, ao mesmo tempo, os planos de investimento delas, quanta gente mais pretendem empregar, dependem da expectativa de como será o consumo.

E isso nos traz de volta à questão das dívidas das famílias.

Voltando à questão fiscal, quais serão as consequências dessa crise na economia real dos Estados Unidos?

Não estamos ainda no nível de uma crise fiscal nos padrões de Portugal, da Grécia e da Irlanda, mas os efeitos serão mentais.

As expectativas das pessoas serão reduzidas, os valores de aposentadorias não serão os entregues em sua plenitude e os impostos também devem subir.

Qual é a sua avaliação sobre a atuação do governo Obama e do Fed [Federal Reserve, o banco central dos EUA]?

Eu acho que o Fed tem atuado de maneira bastante agressiva e rápida, mas ele precisa convencer o mercado e o setor privado de que, quando chegar o momento, também vai agir agressivamente e rapidamente para aumentar os juros.

Sobre a administração Obama, acho que já chegou a hora de apresentar um plano para reduzir a dívida.

Uma coisa é dizer que temos, com a crise, uma situação fora do comum e estímulo é necessário.

Mas é preciso estabelecer uma estratégia para reduzir a dívida. Dizer que a dívida vai se estabilizar em 77% [em 2021] é realmente medíocre.

E quais efeitos os países emergentes devem sofrer?

Ainda não acabou o ciclo de busca por rendimentos maiores nos países emergentes, neste momento de juros baixos nas economias avançadas.

A combinação do desemprego nas economias avançadas e de dívida alta nesses países inclina a política monetária para o afrouxamento e para a manutenção dos juros baixos.

Então acredito que os países emergentes terão provavelmente que continuar a lidar com essa faca de dois gumes que é a enorme entrada de capital estrangeiro.

Por que é uma faca de dois gumes?

Entrada de capital externo, como os brasileiros bem sabem, está geralmente associada à alta da moeda.

A valorização cambial pode ser tolerada até o ponto em que não começa a deteriorar a conta-corrente, o que já começou a ocorrer no Brasil. Ela também só pode ser tolerada enquanto não começa a afetar a capacidade competitiva de um país, especialmente do setor industrial, o que também já ocorre no Brasil.

O problema com a entrada de capital é que ou você não recebe nada ou recebe demais. Eu acho que essas questões de administração do ingresso de capital externo vão perdurar por mais algum tempo nos países emergentes.

Qual é a sua opinião sobre a forma como o Brasil está administrando a entrada de capital externo?

Tenho algumas preocupações. Acho que o Brasil está indo no caminho certo ao aumentar os tributos sobre o capital especulativo, mas temo que, se o país continuar com a intervenção esterilizada [no câmbio] e perpetuar o diferencial de juros, isso é um negócio perigoso.

Por quê?

Porque, com base na minha própria pesquisa, quando você tem políticas que perpetuam o diferencial de juros você tende a dar mais força para esse processo, ou seja, atrair mais capital.

A China está tentando conter a inflação. Quais são os riscos que ela pode trazer para a economia global?

Os riscos que a China traz têm a ver com o seu tamanho, é a segunda maior economia do mundo, e tem grande influência sobre os mercados de commodities.

A China enfrenta algumas questões parecidas com as do Brasil, mas não de maneira tão aguda, porque ela tem mecanismos de controle de capital.

O dilema que eles enfrentam é que, quanto mais tempo eles tentarem impedir a valorização do yuan, mais as pressões inflacionárias durarão e mais serão crônicas.

A China vai ter um período difícil, tentando conter a inflação sem tirar muito do crescimento. Eu preciso acrescentar, porém, que a questão da inflação na China é pior do que os dados oficiais mostram.

E a inflação no mundo? Os preços, especialmente nos emergentes, continuam a subir. É um problema que vai continuar?

Acho que é um problema para os emergentes agora, mas que deve se generalizar.

Porém, até isso ocorrer deve ser um período de longa gestação. A inflação é uma questão para os emergentes, devido à entrada de capital.

Para os desenvolvidos, é uma questão ainda menor, especialmente pela falta de força das suas economias. E é um problema ainda menor para os EUA, porque, ao contrário da libra e do euro, o dólar não teve um enfraquecimento sustentado.

Frases

"Uma solução duradoura [para a crise] não foi atingida. As economias avançadas -a maioria das europeias, os EUA e o Japão- têm dívidas pesando sobre suas cabeças"

"Acredito que os países emergentes terão provavelmente que continuar a lidar com essa faca de dois gumes que é a enorme entrada de capital estrangeiro"

"A China terá um período difícil, tentando conter a inflação sem tirar muito do crescimento. Porém, a questão da inflação na China é pior do que os dados oficiais mostram"

RAIO-X

CARMEN REINHART

IDADE E ORIGEM

55 anos, nascida em Havana (Cuba), mudou-se para os Estados Unidos aos dez anos

CARGO ATUAL

Economista do Peterson Institute for International Economics, em Washington

FORMAÇÃO

Bacharel em economia pela Florida International University; Ph.D pela Universidade Columbia

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Contra crise, países buscam troca de informações		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com as dificuldades fiscais dos países ricos, a alta da inflação nas economias em desenvolvimento e a queda do dólar frente a diferentes moedas, presidentes, diretores e técnicos dos principais bancos centrais do mundo têm se reunido com frequência para trocar experiências. O objetivo é criar uma rede de informações para enfrentar os efeitos colaterais das medidas adotadas contra a crise de 2008.

Para debelar crise, BCs trocam experiências

Na 2ª onda da turbulência global, autoridades discutem como lidar com déficits fiscais, inflação alta e câmbio valorizado

Vivian Oswald

BRASÍLIA. A dificuldade das principais economias mundiais em lidar com os efeitos colaterais das medidas que tiveram de adotar, desde 2008, para enfrentar a crise financeira internacional desencadeou pelo planeta uma intensa rede de troca de informações. Vendo que a segunda onda de turbulências que se alastrou rapidamente pelo globo - déficits crescentes nas contas públicas, inflação alta e valorização cambial - não podia ser resolvida isoladamente, passaram a buscar soluções conjuntas para seus problemas. A troca de experiências virou regra para os bancos centrais.

Uma longa videoconferência reuniu os presidentes dos principais BCs do mundo para discutir a situação econômica e financeira do Japão pouco após o terremoto que devastou o noroeste do país. As autoridades monetárias - entre elas o presidente do BC brasileiro, Alexandre Tombini - tentavam avaliar as consequências da tragédia sobre a economia japonesa e os efeitos que provocariam no resto do mundo, que ainda não se recuperou da crise de 2008.

Em apenas dois anos de existência, o G-20 realizou cinco cúpulas de líderes e um número ainda maior de reuniões de ministros e presidentes de bancos

centrais. Tomou o lugar do G-7 e do G-8, grupos cuja falência havia sido decretada há muito. Destes encontros, saiu a nova configuração do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O BC do Brasil, país que saiu rapidamente da recessão e agora tem que lidar com a inflação em alta, é um dos mais procurados e também sai atrás de experiências estrangeiras. Somente este ano, o presidente do BC fez oito viagens ao exterior. Encontrou-se com seus pares no Peru, em Paris na reunião do G-20 e em Basileia, sede do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), o banco central dos bancos centrais. Ele também esteve no BC da Espanha e ainda se reuniu com analistas internacionais em Nova York.

Missões técnicas vêm ao país para ver medidas de perto

Seguindo instruções do Palácio do Planalto, Tombini e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, têm tido por ofício conversar cada vez mais com os agentes de mercado para tranquilizá-los sobre a forma como a política econômica vem sendo conduzida e saber o que os outros países têm feito.

Outros técnicos do BC brasileiro estiveram na sede das autoridades monetárias de França, Espanha, Alemanha. Na pauta, temas como gestão e gerenciamento de riscos (de mercado, operacional e de crédito), auditoria interna e segurança. Este último é um assunto da moda. Trata-se de segurança de sites, feita a partir de sites de contingência, e física, com a existência de prédios de contingência para os casos de incêndios, enchentes e outras tragédias.

O Brasil, por sua vez, também recebe missões técnicas de bancos centrais que buscam ver de perto como funciona o BC brasileiro e como vem se comportando após a crise.

- Ficou claro para os países que a estabilidade financeira tem que ser administrada em conjunto. Os outros países querem saber como o Brasil está lidando com a segunda fase da crise. A ideia é discutir as assimetrias entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos para o retorno à normalidade - disse ao GLOBO o chefe do departamento de Assuntos Internacionais do BC, Wagner Guerra Júnior.

Se dentro do país as chamadas medidas macroprudenciais adotadas para enxugar o crédito sem que a autoridade monetária precise subir demais os juros ainda dividem analistas, elas estão no topo da agenda. De olho na guerra cambial, outra preocupação internacional do pós-crise, desencadeada pela desvalorização artificial do yuan chinês e dos bilhões de dólares americanos que vêm inundando o mercado mundial, especialistas vêm aqui se informar sobre como o país tem lidado com a regulação do mercado de câmbio.

Brics trocam informações sobre câmbio e liquidez

Entre os Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), as trocas têm sido cada vez mais intensas. As missões vêm em busca de informações sobre como lidar com um ambiente externo de excesso de liquidez. A China esteve aqui duas vezes este ano.

Além disso, o BC brasileiro tem ajudado países africanos a montar seus bancos centrais. O mesmo tem

sido feito no Haiti. A procura é tão grande que a autarquia vai montar uma rede de cursos e treinamentos que seja oferecida durante todo o ano.

Em recente reunião do G-20, uma das discussões se deu em torno de indicadores que possam medir com precisão a situação de cada um dos países e como eles são afetados pela guerra cambial. A principal agenda do G-20 é justamente a recuperação desigual das economias após a crise e suas consequências como o fluxo excessivo de capitais, a volatilidade destes capitais e o impacto no câmbio de alguns países. Os indicadores devem ajudar a buscar soluções mais eficientes.

- Este assunto como discussão sistemática, não existia - disse uma fonte da equipe econômica.

Para o ex-diretor do BC Carlos Eduardo de Freitas, a autoridade monetária brasileira tem dois departamentos de assuntos econômicos que são muito bem preparados.

- Mas quanto mais informação se tem, melhor para saber o que pode acontecer.

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO		EDITORIA
	TÍTULO Philips sai de cena		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Incapaz de competir com os fabricantes de tevês asiáticos, como as coreanas Samsung e LG, empresa holandesa deixa setor e anuncia parceria com chineses

Ralphe Manzoni Jr.

Divulgação

Frans van Houten: CEO assumiu em abril de 2011 e já tomou a decisão de abandonar mercado de televisores

Desde 1928, a holandesa Philips fabrica tevês. A partir da década de 1950, os aparelhos se transformaram em peça central da estratégia na companhia e o carro-chefe de suas receitas.

Na semana passada, no entanto, a empresa colocou um ponto-final nessa história. Incapaz de competir com os produtos asiáticos, especialmente os fabricados pelas coreanas Samsung e LG, a Philips informou que estava abandonando o mercado de televisores, área em que já foi líder mundial.

Com prejuízos que chegam a quase E 1 bilhão em sua divisão de tevês desde 2007, a empresa de Amsterdã anunciou uma joint venture com a chinesa TPV Technology, baseada em Hong Kong, dona da marca AOC, da qual deterá apenas 30%. “Voltei para a Philips e rapidamente percebi que o negócio de tevê tinha um problema de desempenho e alguns desafios estruturais”, disse ao jornal britânico Financial Times, Frans van Houten, que assumiu o cargo de CEO da companhia em abril de 2011, sucedendo o legendário Gerard Kleisterlee.

Em poucos dias, Houten, que já comandou a divisão de semicondutores da Philips, decidiu mudar esse jogo. Pelo acordo com a chinesa TPV, a Philips vai começar a receber royalties a partir de 2013. Terá também direito a um valor das vendas de cada televisor,

a partir de 2014, caso a operação tenha lucro. A decisão de deixar o negócio de televisores não pode ser considerada exatamente uma surpresa, pelo menos internamente na companhia.

As receitas da divisão de tevê representaram cerca de 25% das vendas totais da empresa em 2006. No ano passado, quando a Philips faturou E 22,3 bilhões, essa participação havia caído à metade. Nos últimos 10 anos, a fatia global da área de televisores reduziu-se de 10% para entre 5% e 6%, de acordo com estimativa de Sjoerd Ummels, analista do banco holandês ING. A Philips já havia também parado de fabricar televisores para os mercados americano e asiático, locais onde havia assinado acordos semelhantes ao firmado com a TPV de licenciamento da marca.

No Brasil, onde opera uma fábrica de eletrônicos, localizada em Manaus, os executivos da empresa já davam sinais de que o negócio de tevê estava cambaleante. Há cerca de um ano, Paulo Ferraz, que ocupava a vice-presidência de produtos de consumo da Philips, dizia que a participação dos televisores nas vendas totais do setor deveria ser reduzida à metade até 2011.

Ferraz, que hoje é o presidente da fabricante de impressoras Epson, faz parte de um time de executivos que deixou a companhia desde que Marcos Bicudo assumiu a operação brasileira, no segundo semestre de 2009. Entre eles, estão José Fuentes Molinero Jr., que era vice-presidente de business communication e se transferiu para a rival Samsung, onde comanda a área de eletrônicos, e Daurio Speranzini Jr., que ocupava a vice-presidência da divisão de cuidados com a saúde, e hoje está na mesma área na GE.

Quando chegou à Philips, Bicudo já encontrou uma subsidiária que não estava na sua melhor forma nos negócios de televisores. De acordo com um executivo que já trabalhou na operação local da Philips, ela

perdeu até dez pontos percentuais de **mercado** na área de tevê nos últimos três anos no Brasil.

Atualmente, detém uma fatia estimada em 10%. Assim como acontece globalmente, a empresa enfrenta forte concorrência das companhias asiáticas no **mercado** brasileiro. “Foi uma decisão acertada”, afirma Ivair Rodrigues, diretor de pesquisa da consultoria de tecnologia IT Data. “A Philips precisava sair de produtos de baixo valor agregado e pouca margem.”

A Philips não informou como ficará fábrica de **Manaus**. Além de tevês, são produzidos nessa planta aparelhos de áudio, home theater e tocadores de Blu-ray, entre outros itens eletroeletrônicos. A AOC, que deve assumir a **produção**, tem presença no Brasil, onde opera duas fábricas – uma em Jundiaí, no interior de São Paulo, e outra na **Zona Franca** de **Manaus**.

A empresa chinesa, que emprega 2 mil funcionários no País, tem boa participação no **mercado** de **monitores**, fabricando inclusive para a própria Philips por aqui, segundo fonte do setor de tecnologia. Na área de tevês, contudo, sua penetração ainda é pequena. Cabe a ela agora a missão de recuperar o prestígio da marca holandesa no Brasil.

Gradiente diz que volta – mais uma vez. Será?

Divulgação

Eugênio Staub: empresário diz que concluiu as negociações para trazer a Gradiente, agora com o nome de CBTD, de volta ao **mercado**

A Gradiente, do empresário Eugênio Staub, diz que está pronta para voltar a operar. Nesta semana, a companhia vai divulgar um fato relevante ao **mercado**, informando que concluiu as negociações para a constituição da CBTD (Companhia Brasileira de Tecnologia Digital), criada por Staub para produzir notebooks e tevês de telas finas e até tablets.

Os acionistas da nova companhia serão o fundos de pensão Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, Petros, dos empregados da Petrobras, a Agência de Fomento do Estado do **Amazonas** (Afeam) e a Jabil, empresa americana do setor de eletrônicos, com

faturamento de mais de US\$ 11 bilhões por ano, que já tem uma fábrica em **Manaus**, informou à DINHEIRO uma fonte que conhece o acordo. Staub não terá o controle da empresa. Ele será minoritário e terá assento no Conselho de Administração. A previsão é de que os investidores deverão aportar recursos no valor de R\$ 60 milhões, para capitalizar a empresa e permitir que possa iniciar sua **produção** no segundo semestre de 2011.

Com dívidas estimadas em R\$ 384 milhões, a Gradiente paralisou suas atividades há quatro anos. Foi à bancarrota, entre tantos motivos, em razão da compra da Philco, em 2005, por R\$ 60 milhões. Teve de vendê-la, dois anos depois, por R\$ 22 milhões. Excesso de despesas e uma estrutura organizacional engessada e centralizada na figura de Staub contribuíram para a ruína.

Em 2009, Staub negociou um plano de recuperação extrajudicial com seus credores, como o Bradesco, Safra, Bic, entre outros. Aprovado em 2010, o plano ainda não saiu das intenções. Pelo acordo, Staub teria nove anos para quitar seu débito, com carência nos dois primeiros. O empresário deve usar o lucro da nova companhia, assim como o aluguel de duas fábricas que mantém em **Manaus** para pagar aos credores.

Nos últimos dois anos, Staub vem ensaiando sua volta, sem sucesso. Em dezembro de 2009, o empresário, que se notabilizou por sua amizade com o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, a quem apoiou nas eleições de 2002 e 2006, disse em entrevista à DINHEIRO, que voltaria a operar no segundo trimestre de 2010. Não conseguiu. Será que desta vez o plano sairá do papel? Procurado, Staub não quis dar entrevista.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Indústria vai reduzir investimento este ano		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A indústria de transformação planeja investir menos neste ano do que em 2010, em decorrência das dificuldades impostas pela combinação da maior concorrência do produto importado, dos juros em alta e da carga tributária elevada. É o que mostra levantamento feito pela Fiesp com 1.220 empresas que planejam gastar 4,7% a menos.

Defensiva, indústria de transformação planeja investir 4,7% menos em 2011

Sergio Lamucci | De São Paulo

A indústria de transformação planeja investir menos neste ano do que em 2010, em decorrência das dificuldades impostas pela combinação da maior concorrência do produto importado, dos juros em alta e da carga tributária elevada. Segundo pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com 1.220 empresas no Estado de São Paulo, das quais boa parte tem atuação também em outros Estados, os investimentos em máquinas e equipamentos, instalações, inovação, gestão e pesquisa e desenvolvimento (P&D) devem atingir R\$ 167,1 bilhões em 2011, 4,7% a menos do que o registrado no ano passado.

O levantamento de 2010 apontou aumento de 26,4% das inversões sobre o ano anterior, número em parte inflado pela fraca base de comparação, uma vez que a crise global derrubara o investimento em 2009. A queda nas intenções de investimento neste ano é maior nas empresas de grande porte, de 5,6%, para R\$ 127,2 bilhões. As médias, por sua vez, devem investir R\$ 26,3 bilhões, ou 3,3% a menos que no ano passado. Só nas pequenas deve haver aumento, de 1,1%, para R\$ 13,7 bilhões.

Além da queda no volume a ser investido, a pesquisa deste ano indica uma estratégia mais defensiva da indústria de transformação: o investimento deve focar

principalmente em redução de custos, aumento da eficiência e diferenciação dos produtos, e não em elevar a produção, diz o diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

"O investimento na economia brasileira deve crescer nos setores de petróleo e gás, infraestrutura e construção, mas, na indústria de transformação, a situação é mais difícil", afirma Roriz. Segundo ele, a perspectiva de que o câmbio siga valorizado por muito tempo afeta a competitividade das exportações brasileiras e facilita a entrada de produtos importados. Também atingidas pelo novo ciclo de alta dos juros e pelos pesados custos tributários, as empresas manufactureiras deverão deixar em segundo plano o aumento dos volumes de produção, afirma Roriz.

Numa enquete com respostas múltiplas, em que é possível assinalar mais de um item, a diminuição de custos aparece como o principal objetivo do investimento em 2011, citado por 58% das empresas entrevistadas, um avanço considerável em relação aos 50% de 2010. Em segundo lugar, aparece a intenção de aumentar a produtividade, que subiu de 45% no ano passado para 52% neste ano. Já o aumento do faturamento e da rentabilidade, apontado em 2010 como o principal objetivo da indústria, citado por 61% dos entrevistados, aparece como uma das prioridades apenas para 49% neste ano.

Dos R\$ 167,1 bilhões que as indústrias consultadas planejam investir neste ano, a maior fatia, de R\$ 122,4 bilhões, será destinada a máquinas e equipamentos e instalações, que compõem a formação bruta de capital fixo (FBCF) na economia. Esse valor, porém, é 7,3% inferior ao registrado no levantamento de 2010. O resultado indica que a FBCF, que avançou 21,8% no ano passado, não contará com o impulso da indústria de transformação em 2011, diz Roriz.

A pesquisa mostra que também recuaram as intenções de investimento em gestão e P&D. A única área em que as inversões devem ser maiores que no ano passado é na de inovação - alta de 16,6%. Para Roriz, a elevação dos investimentos em inovação sugere que as empresas deverão tentar diferenciar produtos, estratégia importante para competir com os importados.

Entre os fatores que mais limitam o investimento, três se sobressaem. Três quartos das empresas reclamam da carga tributária elevada, oito pontos percentuais a mais que os 67% de 2010. A taxa Selic, em alta neste ano, é motivo de queixas de 45% das companhias consultadas, um forte aumento em relação aos 31% do ano passado. A perda de mercado para produtos importados, por fim, prejudica as inversões de 31% das indústrias - em 2010, eram 22%.

Para Roriz, os números apontam para a importância de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltar-se preferencialmente à indústria de transformação. Empresas ligadas a commodities, como de petróleo, precisam menos de recursos do banco do que as empresas manufatureiras, diz ele. "Com isso, o banco ajudaria a indústria de transformação a atender o consumo da classe média em ascensão."

Apesar da queda de 4,7% nas intenções totais de investimento, a pesquisa mostra que a demanda das empresas por recursos públicos para financiar as inversões subiu de R\$ 29,5 bilhões em 2010 para R\$ 37,1 bilhões em 2011. Ele também aponta como prioritário tornar permanente o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que financia as inversões a taxas mais baixas e foi importante para a recuperação da FCBF, especialmente a partir da metade de 2009.

Para o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, a pesquisa "dá números ao que a indústria diz há muito tempo": "Diante dos constantes aumentos da Selic e da valorização do câmbio, a indústria de transformação deverá reduzir seu investimento em 2011. Temos que reverter esse quadro, caso contrário haverá perda de capacidade de produção futura da economia, o que comprometerá o crescimento e a geração de empregos nos próximos anos." Para Skaf, também é importante aproveitar o momento e desengavetar a reforma tributária. Na semana que vem, a Fiesp deve apresentar aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento uma proposta detalhada de desoneração da folha de pagamentos.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Reforma tributária volta à pauta de políticos e empresários		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em encontro em Comandatuba, líderes veem espaço para que a discussão seja retomada no governo Dilma; o ministro da Educação, Fernando Haddad, reconhece que ainda há carência de escolas técnicas no país

Comandatuba reaviva reforma tributária

Governadores presentes ao encontro defendem simplificação do sistema e reclamam da centralização do poder na capital federal Pedro Venceslau, de Comandatuba

No momento em que o Congresso concentra suas energias na reforma política, a 10ª edição do Fórum Empresarial de Comandatuba, que conta com o apoio do Brasil ECONÔMICO, recolocou o tema da reforma tributária na agenda política e empresarial brasileira. Favorecido pelo momento de entressafra eleitoral, o debate reuniu oito governadores, três ministros, 320 CEOs e dezenas de parlamentares. Sem a pressão das urnas no horizonte próximo, o que se viu foi uma franqueza de opiniões. Durante sua intervenção, uma das mais aplaudidas do evento, o economista Paulo Rabello de Castro afirmou que o Fórum atingiu o objetivo: criar um constrangimento positivo. Entre os governadores, o tom predominante dos discursos foi a busca por consensos mínimos para acabar com a guerra fiscal e instituir um modelo simplificado da estrutura tributária. “O **ICMS** é o tributo mais complicado do mundo. Temos de quebrar lanças promover um pacto como a Espanha fez, chamado pacto de Moncoa”, disse o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia (PSDB). Ele reconhece, porém, que esse movimento é complexo porque esbarra nos interesses e peculiaridades de cada estado. “Acabar com a guerra fiscal é um dos objetivos, mas a primeira fatia da reforma depende

do **Governo Federal**”. Para ilustrar o que chamou de favelamento tributário, Rabello de Castro fez uma metáfora. Cada imposto ganhou o corpo de um monstinho. “Temos de reempacotar todos estes bichos”. Ele defendeu uma “reforma da reforma” que simplifique a estrutura tributária do país e permita um crescimento eficiente do **PIB** Interesses locais.

Os debates deixaram claro que por trás dos consensos existe uma muralha de interesses regionais que só serão quebrados se houver um pacto federativo que dê aos estados o protagonismo das políticas públicas. “Simplificar o sistema tributário é o melhor caminho, mas precisamos levar em conta o processo histórico. É preciso haver uma contrapartida do **Governo Federal** em algumas regiões brasileiras”, disse Renato Casagrande, governador do Espírito Santo (PSB). Dentro da reforma, deve-se discutir a questão federativa. Você liga a TV e só ouve falar em Brasília. É preciso descentralizar”, defendeu o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB). “Já que ainda não podemos conjugar todos os interesses em uma proposta de reforma tributária, o primeiro passo, de fato, seria simplificar o sistema”, defendeu o vice-presidente da República, Michel Temer. O vice lembrou de uma proposta de reforma “completa” que, apesar de ter sido aprovada na comissão da Casa, tornou-se inviável quando foi a plenário. Por isso, o governo estaria aberto a negociar uma reforma “fatiada”. “Tem muita gente acomodada com esse sistema que faz a defesa das reformas nos fóruns mas tem medo de fazê-las na prática”, provocou o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Alckmin, concordou que a simplificação do modelo é o primeiro passo possível da reforma, mas destacou que é preciso fortalecer os estados. “Nosso modelo é centralizado, é preciso reverter”, disse o governador,

citando também a importância da realização das reformas política, previdenciária e fiscal. “Em São

Paulo já encaminhamos à Assembleia Legislativa um projeto de reforma previdenciária estadual.”

	VEÍCULO REGIÃO NOROESTE		EDITORIA
	TÍTULO ZPE deverá ser o principal argumento para o aumento de número de vereadores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente do Legislativo Creuza Nossa agendou uma audiência pública para debater sobre o possível aumento de vereadores em Fernandópolis com a população na tentativa de explicar o 'porque' do aumento de cadeiras na câmara para 2012.

Amparados pela possibilidade de sucesso da Zona de Processamento de **Exportação**, os vereadores favoráveis ao aumento baseiam-se na possível, necessidade da criação de novas comissões na câmara, entre elas alfandegária e portuária.

É o caso do vereador Étore Baroni que defende o aumento de 50% tendo como base o possível sucesso da ZPE e criação de comissões portuárias e alfandegárias na Câmara. "Precisamos de mais gente para tocar essas novas comissões", frisou Baroni.

Alguns vereadores chegaram até escorregar ao tentar se estender na defesa do aumento de colegas de casa, citando as eleições de 2012 e a "praticidade" de se eleger novamente com mais membros no Legislativo. Não agradou.